

Rodrigo Constante Martins¹

O estatuto da questão agrária na governança socioambiental²

Do rural ao ambiental: introdução às questões de investigação

A regulação socioambiental dos espaços rurais revelou-se na última década tema fértil para discussões sobre desenvolvimento e sustentabilidade. Novos enquadramentos sociais e agrário-espaciais têm recebido destaque da literatura especializada, que caminha desde a década de 1990 para a compreensão das transformações contemporâneas das áreas rurais em articulação com a temática ambiental (HERVIEU, 1993; JOLLIVET, 2001). De modo geral, a transversalidade desta temática aparece através do pressuposto de que, embora não haja padrões ou modelos a serem apontados para o desenvolvimento rural, a referência à sustentabilidade é a base sobre a qual os rumos da localidade – pensados em termos agrário, agrícola ou territorial – podem ser construídos.

Muito embora este olhar renovado da temática ambiental pareça reanimar o debate sobre a construção de alternativas ao padrão de desenvolvimento rural estimulado pela Revolução Verde, a manutenção do viés econômico-desenvolvimentista segue, em situações de impasse, preponderando ante os questionamentos sociambientais. Sem embargo, a força da nomenclatura econômica na construção de novas faces da ruralidade mantém-se tanto nas condutas de governo quanto no imaginário social. Comumente, não é senão através deste aparato de nomenclatura que as dimensões transdisciplinar e multissetorial emergem como balizas para o enquadramento das práticas sustentáveis no uso

1 Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar.

2 Este trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

dos recursos sociais e naturais do território. No concernente ao debate sobre desenvolvimento rural, a valoração destes recursos – classificados como “amenidades ambientais” – é designada como estratégia de criação de novos serviços econômicos nas áreas rurais, então revalorizadas pela própria crise ambiental urbana (DIXON; SHERMAN; 1990).

Neste artigo, parte-se da hipótese de que a legitimidade das tentativas de redimensionamento econômico-ambiental da questão agrária sustenta-se em disposições socialmente estruturadas que garantem a crença de certos grupos sociais na equivalência entre eficiência econômica estrita e ordenamento social. Isto é, a correspondência entre estruturas objetivas e estruturas de percepção promove a *doxa* sobre a própria noção de ruralidade, justificando tanto a adjetivação do “novo” ao fenômeno quanto sua classificação econômica específica (que seria o caso, por exemplo, da sobreposição dos dilemas agrários pelo discurso gerencial da agregação de valor aos serviços rurais).

No sentido de testar tal hipótese, o artigo apresentará uma análise sociológica sobre a dimensão política da construção das verdades/diagnósticos pelos agentes partícipes de arenas de governança socioterritorial. Mais precisamente, tem como objetivo a compreensão interpretativa das formas hegemônicas de nominação da questão agrária e da temática ambiental nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – instâncias descentralizadas de debates e proposição de estratégias de desenvolvimento, compostos por representantes da diversidade de grupos sociais que compõem a cena rural local. Com base nos resultados do estudo de caso do Conselho de Desenvolvimento Rural do Município de São Manuel, situado na região central do estado de São Paulo, se problematizará a experimentação econômica das questões agrária e ambiental, bem como sua influência no moderno debate sobre desenvolvimento rural sustentável.

O estudo de caso foi realizado entre os anos de 2009 e 2011. Os procedimentos de pesquisa compreenderam: a) a revisão bibliográfica para a sistematização de aportes conceituais capazes de dar conta da complexidade da empiria investigada; b) o levantamento documental do material produzido pelo Conselho de Desenvolvimento Rural do município foco do estudo no período de construção do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável; c) a pesquisa de campo focada na construção do Conselho e do referido Plano, com a coleta de relatos orais – seguindo as recomendações e técnicas propostas por Queiroz (2008) – e a realização de entrevistas semiestruturadas. A composição do quadro de informantes do estudo foi baseada na técnica de amostragem de propósito sugerida por Patton (2002).

Além desta introdução, o texto apresenta quatro tópicos. No primeiro tópico encontram-se delineados os fundamentos da hipótese que norteia o estudo, problematizada nos termos da relação entre crenças econômicas e construção da moderna questão ambiental. O segundo e o terceiro tópicos apresentam, respectivamente, a dinâmica agrária do território-base do estudo e a construção da arena local de debates sobre o desenvolvimento rural sustentável. Por fim, no quarto tópico as questões centrais do texto são realinhadas tendo em vista o aprofundamento compreensivo tanto do caso quando do marco analítico inicialmente delineado.

Evidentemente, não se pretende neste texto partir do caso do Conselho de Desenvolvimento Rural de São Manuel para fazer qualquer tipo de generalização acerca do estatuto da questão agrária em novas institucionalidades de governança socioterritorial e ambiental. Notadamente, este não é o propósito dos estudos de caso em pesquisa social. O que se objetiva é colocar em debate os diversos elementos e processos sociais envolvidos na construção da questão ambiental em territórios marcados por dilemas agrários. Estes elementos e processos, por sua vez, só têm sentido analítico no contexto histórico em que foram promovidos – muito embora possam fazer sentido e estarem presentes em outras localidades. Mas, neste trabalho, serão interpretados como expressões de arranjos de classe e contextos interacionais histórica e territorialmente situados.

Crenças econômicas e meio ambiente: notas preliminares

O debate moderno sobre sustentabilidade segue em larga medida amparado nos instrumentos de nomeação econômica da questão ambiental. Não por acaso, vários estudos têm sido realizados, no curso das duas últimas décadas, com o objetivo de estimar valores monetários para *bens* e *serviços* ambientais em áreas rurais. A elaboração de indicadores quantitativos ponderados através de critérios de escassez (tais como os níveis de vulnerabilidade e insubstituibilidade dos recursos naturais) e a tentativa de mensuração da disponibilidade da sociedade em pagar pela preservação ambiental – passando inclusive pela construção de mercados hipotéticos para os serviços ambientais – têm sido apresentadas como elementos distintivos no gerenciamento dos recursos socioterritoriais (PEARCE, 1993; BROWLEY, 1996).

Não parece ser por outra razão que, no discurso hegemônico acerca da conscientização do uso racional dos recursos naturais, todas as disposições de enquadramento das práticas sociais (tais como aquelas ligadas à origem ou à classe social, por exemplo) são subsumidas à

suposta universalidade do comportamento econômico. De tal modo que os problemas ambientais passam a ser identificados, em extensão e limites, aos problemas econômicos, compondo um círculo encantado em que a gestão racional dos bens ambientais somente poderia resultar dos ajustes próprios aos mecanismos de mercado.

Tal como afirma Martins (2008), o uso do instrumental conceitual da ciência econômica – em particular, da Economia Neoclássica – segue ocupando lugar de destaque no debate internacional sobre regulação ambiental. Este instrumental é recorrentemente utilizado para a nomeação dos principais temas da moderna crise socioambiental. Esta atividade de nomeação, que se origina na designação dos *ativos ambientais* e se estende até a proposição dos mercados futuros de *commodities* ambientais, também explicita o fabrico de relações complexas de poder, que não se encerram nos limites de autonomia dos distintos *campos de relações* (burocrático, acadêmico, econômico). A rigor, a temática ambiental perpassa estes campos; contudo, fundamenta-se sobre a retórica dominante do campo econômico.

A interpretação sobre a consolidação dos enunciados da Economia Ambiental no debate político contemporâneo acerca do desenvolvimento rural requer, dentre outros, o aprofundamento analítico sobre o papel das estratégias de nomeação no bojo do processo de autonomização do campo econômico. Este esforço analítico pode contribuir sobremaneira para a compreensão da distância entre os ideais de desenvolvimento voltados à liberdade e à ampliação das capacidades individuais de escolha – ideais próximos da acepção consagrada na obra de Sen (2000) – e aqueles recursivamente utilizados por instituições de governo e por certas elites agrárias para enfatizar o crescimento econômico (principalmente através do incremento das monoculturas) como via unívoca para o desenvolvimento rural. Neste sentido, tal como sugere Bourdieu (2000) a propósito da dinâmica da autonomização, em termos de nomeação das relações e ordem sociais, esta prescrição econômica do mundo social consiste em um fato histórico-cultural, base sobre a qual as sociedades ocidentais vêm se experimentando desde o início do século XX. Interação, em sentido lato, com as atividades de nomeação das experiências sociais – dentre as quais, as experiências de acelerada degradação ambiental promovida pela chamada Revolução Verde na agricultura.

O papel das crenças econômicas na nomeação do debate político sobre desenvolvimento rural sustentável pode ser indicado, dentre outros, pelas formas de negociação das identidades dos agentes inscritos no cotidiano rural. Conforme destacam Demeulenaere e Bon-

neuil (2010), no rural contemporâneo, marcado pelos fluxos da sociedade informacional e pela presença definitiva dos riscos ambientais, as identidades não se cristalizam; elas se reconstróem, se reinventam. *Tornam-se identidades provisórias, permanentemente renegociadas* (p.90). Como exemplo deste processo, pode-se tomar os casos dos papéis desempenhados por alguns dos agentes diretamente envolvidos na governança do desenvolvimento rural. Isto é, no contexto da construção social da gestão descentralizada dos territórios rurais, pode-se avançar sobre a interpretação da posição dos agentes, sobre a produção dos discursos e dos critérios de verdade das falas/diagnósticos acerca da realidade local.

Ademais, a análise da construção social de arenas de governança territorial participativa terá cores tanto mais impressionistas quanto menor for a redução da definição do rural à sua espacialidade física. Como bem sugere Mormont (1997), a definição do rural na modernidade ocidental pode ser melhor compreendida se pensada enquanto resultado de uma complexa dialética entre realidade físico-ecológica e os interesses dos grupos/classes e instituições relacionados com a referida realidade. O rural poder ser lido, portanto, como resultado de ações e negociações que são políticas e identitárias, e que reverberam decisivamente sobre suas delimitações territoriais e sua construção simbólica.

Dinâmica agrária e desenvolvimento rural

Diante da recente inscrição da temática ambiental do campo nos estudos rurais, problematizar a relação sociedade-natureza no espectro da questão agrária demanda, dentre outros, esforços de imersão analítica em cenários sociais e institucionais dedicados ao debate sobre o desenvolvimento rural sustentável. Com tal propósito, problematizaremos o referido tema no espectro das chamadas instâncias descentralizadas de governança sócioterritorial. Em particular, tomaremos como palco de debates, proposições e construção de verdades o contexto de um dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural do Estado de São Paulo.

No mais das vezes, estes Conselhos são formados por representantes de associações de agricultores, cooperativas agrícolas, sindicatos rurais do setor agroindustrial, prefeituras e por integrantes de universidades e colégios técnicos agrícolas. Cabe a estes Conselhos propor diretrizes e discutir a formulação de estratégias locais de desenvolvimento rural. No Estado de São Paulo, a proliferação destes Conselhos ocorreu no final da década de 1990, com a implantação do

Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. Resultado de um convênio entre o governo estadual e o Banco Mundial, o Programa tinha o intuito de estimular a implantação de sistemas agropecuários que garantissem a melhoria dos níveis de renda das populações rurais do estado, a recuperação de áreas degradadas e a preservação da qualidade dos recursos hídricos. Um dos pressupostos do Programa era justamente atender municípios que tivessem Conselhos de Desenvolvimento Rural instalados, e, em particular, apoiar os projetos de intervenção aprovados por estes Conselhos.

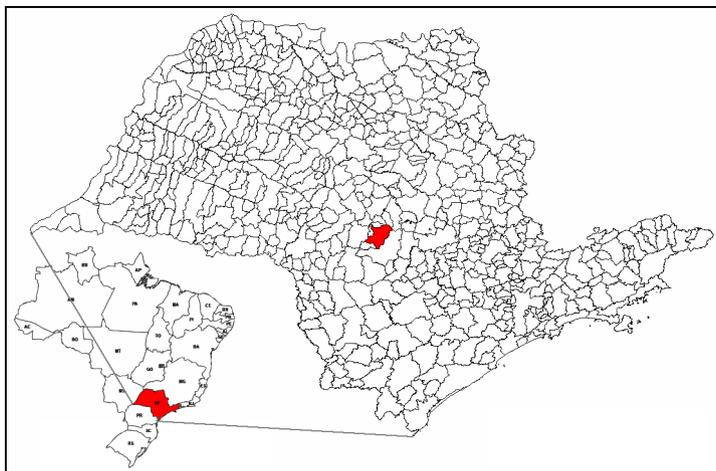
Na última década vários estudos têm problematizado as experiências de criação destes Conselhos, focando seus avanços e limites (ABRAMOVAY, 2003; MARQUES, 2009; FAVARETO e DEMARCO, 2009). Frutos de contextos normativos distintos – que se estendem desde os estímulos do governo federal via PRONAF até a promoção paulista do Programa de Microbacias Hidrográficas –, o que permite uma relativa aproximação destas experiências é justamente o princípio participativo guardado em seus diferentes desenhos institucionais. Por isso, ganham alcance as indagações formuladas por Silva e Marques (2009) para uma apreciação da constituição destes espaços de participação, quais sejam: em que medida estes Conselhos representam um efetivo processo de democratização da elaboração e gestão das políticas de desenvolvimento rural? Identificar-se-ia o chamado “empoderamento” dos setores historicamente desfavorecidos nos territórios rurais – particularmente os agricultores familiares? Ou ainda: haveria mudanças nas configurações de poder localmente constituídas a partir da instituição destes novos canais de participação?

Com efeito, este trabalho buscará dialogar com esta última indagação. Longe de respondê-la, pretende fornecer pistas para seu enfrentamento analítico. Isto é, baseado em contextos locais de ruralidade, buscará apontar como as representações sociais do território e construção local do agrário e do ambiental podem afetar ou não as configurações de poder historicamente estabelecidas. Para tanto, lançará mão da síntese dos resultados do estudo de caso realizado com o Conselho de Desenvolvimento Rural de São Manuel.

Município da região centro-sul do Estado de São Paulo, São Manuel está localizado próximo ao rio Tietê, na bacia hidrográfica do Tietê-Jacaré. Fundado em 1870, como desmembramento do Município de Botucatu e sob o nome de São Miguel do Paraíso, cresceu em torno do desenvolvimento das fazendas de café. Chegou a registrar 28 milhões de pés de café em 1927. Após os anos 1930, em decorrência da crise da economia agroexportadora, o município acompanhou a trajetória de

reconversão da agricultura das regiões central e noroeste do Estado de São Paulo, dedicada desde a década de 1950 cada vez mais ao cultivo de cana-de-açúcar. Em 1969 (portanto, antes das políticas estatais de estímulo à produção de açúcar e álcool), o município registrou a colheita de 350 mil toneladas de cana-de-açúcar; em 2009, a colheita foi de pouco mais de 3 milhões de toneladas.

Figura 1 – Localização do Município de São Manuel do Estado de São Paulo



A Tabela 1, abaixo, apresenta números sobre a estrutura fundiária de São Manuel no ano de 2009. Como pode-se observar, 14% dos proprietários rurais do município tinham o domínio de 76% da área agrícola (estando pouco mais de 21% desta área sob domínio de apenas quatro proprietários). Os demais 24% da área agrícola estavam distribuídos entre 366 propriedades, com áreas individuais inferiores a 200 hectares.

Tabela 1– Estrutura fundiária do Município de São Manuel (ano base: 2009)

Estrato (ha)	Propriedades Agrícolas		Área Total	
	n0	%	ha	%
0 – 10	145	34,0	770,3	1,4
10 – 20	63	14,7	932,0	1,7
20 – 50	75	17,6	2.376,8	4,5
50 – 100	49	11,5	3.647,6	6,9
100 – 200	34	7,9	4.946,4	9,3

200 – 500	34	7,9	10.483,8	19,8
500 – 1000	17	3,9	12.180,8	23,0
1000 – 2000	5	1,1	6.205,1	11,7
> 2000	4	0,9	11.314,8	21,4

Fonte: LUPA – CATI/Secretaria de Agricultura e Abastecimento (2009).

Tabela 2: Atividades agropecuárias no Município de São Manuel (ano base: 2009)

Culturas	Área (ha)	% da área total
Cana-de-açúcar	32.447,5	69,5
Pastagem	7.970,0	17,0
Eucalipto	2.681,0	5,8
Laranja	1.787,7	3,8
Café	1.546,9	3,2
Outras	323,4	0,7

Fonte: LUPA – CATI/Secretaria de Agricultura e Abastecimento (2009).

Na Tabela 2, acima, observa-se que mais de 69% da área agrícola de São Manuel encontrava-se ocupada, em 2009, por lavouras de cana-de-açúcar. Pela fala de uma das lideranças da Cooperativa de Cafeicultores do município, pode-se inferir que este número sintetiza um longo movimento de hegemonia regional da agroindústria sucroalcooleira³, rearranjando relações de propriedade e/ou arrendamento.

Hoje São Manuel tem ainda pequenos proprietários. Foi feito um barracão para que essa turma trouxesse seus produtos e colocasse lá. (...) Mas é um negocio muito complicado, precisa de muito apoio da Prefeitura. Ficou tão reduzido o número de propriedades rurais... Não que reduziu, mas todo mundo arrendou e o cara vive da renda da propriedade, não quer plantar mais nada. (Diretor da Cooperativa de Cafeicultores de São Manuel no período de 2000-2003).

Deste contexto de hegemonia da monocultura canavieira na região resultam temas decisivos para o debate sobre as possibilidades de

³ Convém registrar que São Manuel é vizinho dos municípios de Barra Bonita e Igarapu do Tietê. Até 1903, este último foi distrito de São Manuel. Já Barra Bonita abriga a sede da segunda maior unidade agroindustrial do setor sucroalcooleiro do país – circunstância que posiciona a região no cenário nacional da produção de açúcar e álcool.

desenvolvimento rural para o município. Degradação ambiental, desemprego rural e desigualdades de renda são temas centrais na agenda política local, e, conforme se procurará evidenciar a seguir, o Conselho de Desenvolvimento Rural da cidade encaminha tais temas com base em esquemas de classificação resultantes da própria lógica desigual de apropriação e uso dos recursos socioterritoriais.

A governança do desenvolvimento rural

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de São Manuel (CMDR-São Manuel) foi criado em 1998. Assim como no caso de outros Conselhos criados no mesmo período no estado, a composição inicial do CMDR-São Manuel resultou da mobilização da rede de contatos do agrônomo da Casa Municipal de Agricultura, que indicou os membros da primeira gestão e trabalhou na definição das primeiras pautas a serem debatidas⁴. Agricultores e outros técnicos do Colégio Agrícola municipal que compuseram a primeira gestão foram recrutados nesta rede pessoal, herança da própria história de vida deste técnico, pertencente a uma das famílias fundadoras de São Manuel, proprietária de uma das primeiras fazendas do município (então dedicada ao cultivo do café).

No período de 1998 a 2008, a direção do CMDR-São Manuel esteve a cargo de um pequeno grupo de pessoas. Nas quatro gestões que compreenderam o período, o Conselho foi presidido por duas pessoas, envolvidas com cooperativas da cidade e com o sindicato patronal. No primeiro ano, as reuniões eram realizadas com frequência mensal. No segundo ano, as reuniões tornaram-se esparsas e, a partir da segunda gestão, foram realizadas em média quatro reuniões por ano. Desta segunda gestão em diante, a escolha dos representantes envolveu tanto a rede de relações do técnico da Casa da Agricultura, quanto as do sindicato patronal e, principalmente, da Prefeitura Municipal. As pautas das reuniões envolviam o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (fonte de recursos para os pequenos proprietários rurais do município), o estímulo ao cooperativismo entre os agricultores e o apoio às atividades agropecuárias marginais no município (principalmente a ovinocultura). Notadamente, o setor hegemônico na agricultura regional nunca participou do Conselho, mesmo tendo sido reiteradamente convidado nas duas primeiras gestões.

⁴ Para outros casos onde o técnico da Casa de Agricultura local atuou como principal liderança para a criação dos Conselhos de Desenvolvimento Rural, ver Martins (2009; 2005).

Por demanda da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)⁵, os conselhos municipais de desenvolvimento rural do estado passaram a elaborar, desde 2008, planos municipais de desenvolvimento rural sustentável para implementação no período de 2010 a 2013. No termos da CATI, estes planos deveriam ser elaborados pelos conselhos justamente para garantir seu caráter plural e participativo, identificando potenciais e problemas locais e estabelecendo estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável neste período. Para tanto, cumpriria aos formuladores destes planos a definição de diretrizes de ação e de metas e responsabilidades, visando otimizar o uso dos recursos financeiros, de infraestrutura e, principalmente, de pessoal. Após elaborados, os planos deveriam ser aprovados pelos respectivos conselhos municipais de desenvolvimento rural e pelas câmaras municipais de vereadores, de modo a tornarem-se base de política pública municipal e estadual.

Em São Manuel, a elaboração do referido plano foi coordenada pelo CMDR e envolveu a participação de um amplo conjunto de instituições. Além das instituições mais ativas no Conselho – a saber, a Casa da Agricultura, a Prefeitura Municipal e o Sindicato Rural –, participaram da elaboração do plano a Associação Paulista de Criadores de Ovinos (ASPACO), a Universidade Estadual Paulista (Unesp, Fazenda Experimental São Manuel), a Diretoria de Agricultura e Meio Ambiente do município, a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP) e representantes do comércio agrícola no município.

A versão final do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável foi aprovada em novembro 2010 pelo CMDR-São Manuel. No diagnóstico da situação da vida rural no município, as atividades da agroindústria sucroalcooleira encontram-se presentes no documento de várias formas. Além de sua expressão nos dados da estrutura agrária do município e no perfil da produção agrícola, o setor também é lançado como chave explicativa para muitos dos problemas econômicos e sociais locais. O êxodo rural no município, por exemplo, é asso-

⁵ A CATI é um órgão pertencente à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Tem atuação reconhecidamente vinculada ao extensionismo agrícola. Dentre suas atribuições, estão “a adaptação, difusão e transferência de tecnologias de produção agropecuária; a capacitação e treinamento de profissionais, produtores e trabalhadores ligados aos *agronegócios*; e o asseguramento da conservação do solo e da água no estado” (www.cati.sp.gov.br). Em nível municipal, seus serviços são disponibilizados aos agricultores e pecuaristas através das Casas de Agricultura.

ciado ao aumento das áreas de cultivo da cana-de-açúcar, que promoveria, segundo o Plano, a “descapitalização do produtor, depreciação da propriedade e baixa qualidade de vida provocando escassez e desqualificação de mão de obra, queda na produção de alimentos, aumento da população e dos problemas urbanos” (CMDR-São Manuel, 2010, p.45).

Ainda no diagnóstico do Plano, grande parte dos problemas ambientais identificados no município também se vincularia aos tradicionais impactos da monocultura canavieira. O Plano destaca que a alta suscetibilidade a erosão do solo; a elevada demanda de água do setor sucroalcooleiro; o despejo nas águas superficiais de efluentes líquidos gerados nos processos industriais deste setor e aplicados nas atividades de irrigação; e a poluição do ar promovida pelas queimadas para o corte da cana são alguns dos principais problemas ambientais da bacia hidrográfica em que a cidade está situada.

Não obstante este conjunto de problemas socioambientais ter relação íntima com a estrutura agrária que sustenta a agroindústria sucroalcooleira na região, é interessante observar que as proposições de estratégias de promoção do chamado “desenvolvimento rural sustentável” no município não passam por qualquer caminho de encontro ao que conviria chamar de *dilema agrário*. O incentivo ao uso de tecnologias de recuperação e conservação de solos e a conscientização da população são ações propostas para os problemas ambientais diagnosticados. Já no tocante ao êxodo rural, são propostos cursos de capacitação dos agricultores, visando a melhoria técnica e o cooperativismo.

É importante ainda destacar a ausência (ao menos formal) da participação de representantes do setor sucroalcooleiro no Conselho de Desenvolvimento Rural do município e, em particular, na formulação do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável. Este contexto de trabalho do CMDR-São Manuel e de elaboração do Plano sugere a hipótese de que a ausência do dilema agrário do município na proposição de estratégias e metas do referido Plano tenha relação não apenas com o peso político do setor na economia e na política regionais, mas também com certa naturalização da desigualdade agrária. Isto é, mesmo os agentes visivelmente desfavorecidos por esta estrutura agrária parecem identificar menos a desigualdade social dela decorrente do que o mérito daqueles que acumulam terras e mantêm seu ritmo de acumulação na economia agroindustrial.

Todo agricultor sabe os prejuízos da cana [para o meio ambiente]. É uma monocultura. E para sobreviver neste mercado,

tem de ser assim: cultivo em grande escala. Mas você também tem que considerar a competência de quem conseguiu sobreviver nesse mercado. O cara é bom, é empresário, pensa seu negócio assim. Você não pode querer frear o cidadão que tem essa competência econômica, né? Essa competência é muito mais importante. (Representante da Casa da Agricultura na gestão 2006-2007 do CMDR-São Manuel).

No tocante à questão ambiental, em particular, sua submissão à preservação desta estrutura agrária marca a fala mesmo daqueles que estão fora do circuito sucroalcooleiro. Vejamos a reação de alguns dos integrantes e ex-integrantes do CMDR-São Manuel quando indagados sobre sua definição de sustentabilidade ambiental:

Como eu defino? Bom [longa pausa]. Eu acho que nós não podemos matar a agricultura. (...) Eu acho manancial um negócio que realmente tem que ser preservado, eu sou a favor da área de APP [área de proteção permanente]. Sou contra a reserva legal, acho que isso é um absurdo, nós ainda temos muitas áreas que podem ser preservadas com mato. As cidades principalmente, que são as maiores poluentes. Eu não conheço nenhuma cidade arborizada. (Representante da Cooperativa de Cafeicultores nas gestões 1998-1999 e 2001-2003 do CMDR-São Manuel).

É uma coisa extremamente ampla a sustentabilidade. Desde como você trabalha a terra, o produto que você usa, como você vai escoar a produção. A parte agrária toda tem que ser sustentável. Isso daí não se consegue rapidamente, você tem que primeiro incutir o trabalho de formiguinha, tem que incutir na cabeça das pessoas devagarinho pra ela ir fazendo. Principalmente os pequenos agricultores. Os grandes não porque eles têm pressão dos compradores. Mas principalmente os pequenos agricultores têm dificuldade de ter acesso a isso aí, é um trabalho de formiguinha que não pode acabar nunca, é coisa que leva uma geração para você pegar um sítio que faz uma agricultura familiar, não tecnificada, e não tem muitos cuidados. Isso ter toda aquela ciência da preservação de ambiente e tudo. (Presidente das gestões 1998-1990 e 2001-2003 do CMDR-São Manuel).

Aqui no Brasil todo mundo é ambientalista, desde que não sofra nenhum corte nas suas atividades. Se você falar: vai ter que andar a pé porque o seu carro tá contaminando o ar, o

cara para de ser ambientalista. Falar: a noite nós vamos apagar as luzes duas horas por noite pra economizar energia, você vai ver o pau que vai dar. Acaba os ambientalistas no Brasil. (Secretário das gestões 2001-2003, 2003-2005 e 2005-2008 do CMDR-São Manuel).

Ninguém hoje em dia é louco para falar “não” pro meio ambiente. Mas nós temos uma agricultura, uma economia que não pode parar. O meio ambiente sem emprego, sem imposto, sem saúde, educação, não adianta. E quem produz dinheiro pra gente ter tudo isso é a nossa economia, que tem que competir no mundo hoje. É fácil os gringos falar de proteção pro meio ambiente aqui. Não é o cara da WWF que vai deixar de usar parte da sua terra pra proteger nascente e tudo mais. E como fica o cara que comprou a terra? O cara que decidiu investir seu dinheiro ali? Vem alguém e diz: “pêra aí, isso não é exatamente seu”. Como fica esse cara? (Representante da Casa da Agricultura na gestão 2005-2008 do CMDR-São Manuel).

Várias dimensões da relação sociedade-natureza estão presentes nestes relatos. Em consonância com os termos do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável formulado pelo CMDR-São Manuel, a questão ambiental surge reiteradamente subsumida às relações de propriedade consolidadas regionalmente. Isto é, a estrutura agrária, a despeito de seu caráter concentracionista e de seus impactos socioambientais, aparece nas falas destes agentes como dimensão dissociada do debate sobre sustentabilidade. E esta última relaciona-se com a proteção da natureza até o limite de interferir na acumulação econômica. Deste ponto em diante, o pragmatismo da crença econômica nos instrumentos de mercado toma lugar no debate e desloca para a margem a problemática ambiental. O primeiro depoimento, com a resistência absoluta às áreas de reserva legal; o terceiro, com ênfase nas resistências sociais às práticas de consumo consolidadas; e o último, com destaque para a interdição de uso produtivo de fracos da propriedade rural, realçam esta subsunção da questão ambiental.

A lógica do mercado regulando a relação sociedade-natureza – no sentido do pragmatismo da Economia Ambiental – surge com força no segundo depoimento, que indica uma suposta necessidade de adequação ambiental por parte dos chamados “grandes agricultores”. Isto é, sendo este “grande agricultor” também um grande proprietário ou arrendador de terras, figura na região personificada nos

produtores de cana, a concentração fundiária passa a ser, contraditoriamente, um passo para a adequação ambiental e, por conseguinte, para a sustentabilidade.

Entendendo que a formulação descentralizada e participativa de instrumentos como o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável se inscreve nas tentativas de orquestração de interesses de diferentes grupos e agentes fixados no espaço rural – orquestração que ganharia espaço no “novo” rural, como sugerem Veiga (2001), Campanhola e Silva (2000) e Abramovay (2003) –, o estudo do caso de São Manuel vem corroborar a hipótese inicial deste trabalho, de que as tentativas de redimensionamento econômico-ambiental da questão agrária sustentam-se em disposições socialmente estruturadas que garantem a crença de certos grupos sociais na equivalência entre eficiência econômica estrita e ordenamento social. Esta parece ser uma das chaves para a interpretação da legitimidade da desigualdade agrária ante os mais afetados por tal estrutura.

Realinhando as questões de investigação

Dado o perfil dos partícipes deste Conselho, bem como das instituições que participaram da formulação do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, a leitura estrita da questão ambiental revela-se como expressão do senso prático dos agentes. Supondo este senso ser constituído por noções disposicionais que orientam o curso da ação (BOURDIEU, 1980), observa-se que, no caso do CMDR-São Manuel, estas noções naturalizam tanto as desigualdades da estrutura agrária local – supostamente resultantes da estrita eficiência econômica daqueles 14% dos proprietários rurais que detêm 76% da área agrícola – quanto a crença na leitura econômica e unidimensional da sustentabilidade ambiental. De tal sorte que esta desigualdade torna-se menos a resultante de processos sociais complexos atrelados aos conflitos de classe na região do que um fato dado, puro. Entretanto, como bem salienta Becker (2009) sobre as representações do social, não há fatos puros, mas sim “fatos que adquirem significado a partir de um contexto interacional e de uma teoria subjacente”. Ou seja, *“em vez de fatos sustentados por evidências que os tornam aceitáveis como fatos, temos fatos baseados numa teoria, aceitos por algumas pessoas porque foram colhidos de uma maneira aceitável para alguma comunidade de produtores e usuários.”* (BECKER, 2009, p. 25).

A defesa da propriedade como “fato” resultante de conquista baseada em estrito mérito individual vincula-se, portanto, a uma modalidade (ou teoria) específica de construção do mundo social. Ademais,

pode ainda ser lida no sentido da *amnésia da gênese das instituições sociais*, tal como delineada por Champagne (1990) em seu famoso estudo sobre a noção de opinião pública⁶. Essa espécie de esquecimento das origens que estão recalçadas no inconsciente coletivo está inscrita na própria dinâmica do mundo social. É justamente a naturalização dos produtos da história que faz o agente crer na propriedade privada da terra como resultado de uma operação meramente econômica, emancipada tanto dos conflitos políticos quanto das esferas de regulação dos usos sociais da propriedade.

Parece pertinente, portanto, remontarmos a observação de Jollivet (1997) sobre a entrada em cena da gestão ambiental nos espaços rurais. Como bem destaca o autor, na medida em que os problemas ambientais globais têm dimensões que concernem ao espaço rural e, inversamente, a gestão do espaço rural supõe a tomada em conta das preocupações ambientais, a maneira de se conceber a sustentabilidade do mundo rural no universo simbólico das classes e grupos sociais fixados nestes territórios torna-se decisiva para se pensar política e socialmente o que o autor designa por ruralidade *pós-industrial*.

A gramática da sustentabilidade ambiental é construída, nos discursos dos agentes e no Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável de São Manuel, tomando por base a conservação da estrutura agrária regional. Isso sugere que o tema de estudo inaugurado por Mathieu e Jollivet (1989) sobre as possibilidades de articulação das questões agrária e ambiental na construção de novos caminhos para a ruralidade segue demandando novos esforços de interpretação, visto que a complexidade dos arranjos locais de resposta à chamada *onda do verdejar do ser*⁷ parece superar em muito os limites inerentes às categorizações analíticas vigentes.

Por fim, face às investigações de outros contextos de governança ambiental e/ou do desenvolvimento rural no Estado de São Paulo (MARTINS, 2010; 2009; 2007; 2005), o estudo em tela diz respeito a um

⁶ É interessante observar que o interesse de Champagne (1990) pelo tema da opinião pública (desenvolvido na obra citada através de estudo sobre sondagens de opinião) data de uma monografia, elaborada pelo autor ainda na década de 1980, acerca da manifestação de rua de agricultores franceses ocorrida em 1982. Nesta ocasião, os agricultores respondiam ao apelo de seu sindicato para exprimir publicamente o descontentamento contra a política agrícola empreendida pelo governo socialista que acabara de assumir o poder com François Mitterrand.

⁷ A propósito da *onda do verdejar do ser* no plano dos movimentos ambientalistas internacionais, ver Castells (1999).

caso, mas não a singularidades. Com efeito, embora estas novas institucionalidades contribuam, no plano formal, para o diálogo entre diferentes grupos sociais sobre rumos e interesses da governança territorial, na prática, são comumente instrumentalizadas por estruturas locais de dominação, não resistindo às relações de poder historicamente fixadas nos territórios. Por isso, seria demasiado frágil qualquer hipótese que estabelecesse uma relação necessária entre a governança territorial e a democratização dos rumos do desenvolvimento rural.

Desta feita, os resultados do estudo indicam que a inscrição da noção de sustentabilidade no debate sobre desenvolvimento rural passa, dentre outros, pela nomeação estritamente econômica da questão ambiental. Além disso, tal questão é tematizada sem o questionamento sobre as relações de forças produzidas e consolidadas na dinâmica agrária do território. Tal situação indica tanto a atualidade do estatuto da questão agrária no debate socioambiental contemporâneo (ao contrário do que sugerem alguns dos estudos sobre as “novas” ruralidades), quanto a relevância das interpretações sobre as conjunturas de hegemonia simbólica e material dos contextos territoriais para a efetiva compreensão do que se denomina localmente por sustentabilidade ambiental.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- BECKER, H. *Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.
- BOURDIEU, P. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil, 2000.
- BOURDIEU, P. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

- BROWLEY, Daniel W. (Ed.). *The handbook of environmental economics*. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1996.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. *O novo rural brasileiro: políticas públicas*, Jaguariúna, v.4, 2000, p. 61-92.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CMDR-São Manuel (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de São Manuel). *Plano municipal de desenvolvimento rural sustentável 2010-2013*. São Manuel, mimeo, 2010.
- CHAMPAGNE, P. *Faire l'opinion: le nouveaux jeu politique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1990.
- DEMEULENAERE, E.; BONNEUIL, C. Cultiver la biodiversité: semences et identité paysanne. In: HERVIEU, Bertrand (Ed.), *Les mondes agricoles em politique: de la fin des paysans au retour de la question agricole*. Paris: Les Press Sciences Po., 2010, p.73-92.
- DIXON, J.A.; SHERMAN, P. B. *Economics of protected areas: a new look at benefits and costs*. London: Earthscan Publications, 1990.
- FAURE, A. *Territoires et subsidiarité: l'action publique locale à la lumière d'un principe controversé*. Paris: L'Harmattan, 1997.
- FAVARETO, A.; DEMARCO, D. Entre o capital social e o bloqueio institucional: uma avaliação dos CMDR em cinco estados brasileiros. In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Morruzzi (Orgs). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. 2ª. ed. Porto Alegre-RS: Editora da UFRGS, 2009, p.121-146.
- HERVIEU, B. *Les champs du futur*. Paris: Bourdin Francois, 1993.
- JOLLIVET, M. *Pour une science sociale à travers champs: paysannerie, ruralité capitalisme (France XXe siècle)*. Paris: Ed. Arguments, 2001.
- JOLLIVET, M. Le rural et l'environnement: grille pour des analyses compares. In: JOLLIVET, Marcel (Ed.). *Vers un rural posindustriel: rural et environnement dans huit pays européens*. Paris: L'Harmattan, 1997, p.11-15.
- MARTINS, R. C. Bases fundiárias da governança ambiental: um estudo de caso sobre barragens. *Novos Cadernos NAEA*, v. 13, 2010, p. 63-82.
- MARQUES, P. M. Participação e PRONAF: um estudo do poder, dos atores e dos conflitos em torno dos conselhos municipais de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo

- Kunrath; MARQUES, Paulo Morruzzi (Orgs). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. 2ª. ed. Porto Alegre-RS: Editora da UFRGS, 2009, p. 51-120.
- MARTINS, R. C. Descrição e prescrição no desenvolvimento rural: o território como espaço social reificado. *Ruris*, v. 3, 2009, p. 71-101.
- MARTINS, R. C. Poder e legitimidade nos enunciados ambientais contemporâneos. *Oficina do CES*, n. 312. Coimbra: Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra, 2008.
- MARTINS, R. C. Ruralidade e governança ambiental no estado de São Paulo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 15, 2007, p. 233-267.
- MARTINS, R. C. Política e sociedade na governança territorial: o caso das áreas rurais paulistas. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 24, 2005, p. 70-82.
- MATHIEU, N. e JOLLIVET, M. (Eds.). *Du rural à l'environnement: la question de la nature aujourd'hui*. Paris: ARF Éditions/L'Harmattan, 1989.
- MORMONT, M. Belgique : a la recherche des specificités rurales. In: JOLLIVET, Marcel (Ed.). *Vers un rural posindustriel: rural et environnement dans huit pays européens*. Paris: L'Harmattan, 1997, p.19-44.
- PATTON, M.Q. *Qualitative research and evaluation methods*. 3ª ed. London: Sage Publications, 2002.
- PEARCE, D. W. *Economic values and the natural world*. Massachusetts: The MIT Press, 1993.
- QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: LUCANA, Célia Toledo; CAMPOS, Maria Cristina; DEMARTINI, Zeila de Briro (Orgs). *Pesquisa em ciências sociais: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. São Paulo: CERU, 2008, p. 35-77.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, M. K.; MARQUES, P. M. Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Morruzzi (Orgs). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. 2ª. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 9-20.
- VEIGA, J. E. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: NEAD, 2001. (Série Textos para Discussão, n.1).

MARTINS, Rodrigo Constante. O estatuto da questão agrária na governança socioambiental. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2013, vol. 21, n. 2, p. 270-288, ISSN 1413-0580.

Resumo: (*O estatuto da questão agrária na governança socioambiental*). Este trabalho discute a construção de discursos sobre sustentabilidade nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – instâncias descentralizadas de debates e proposição de estratégias de desenvolvimento no âmbito local. Tem como objetivo a compreensão interpretativa das formas hegemônicas de nomeação da questão agrária e da temática ambiental nestas arenas de governança socioterritorial. Para tanto, será apresentado o estudo de caso de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, situado na região centro-sul do Estado de São Paulo. Os resultados do trabalho sugerem que a inscrição da temática ambiental no Conselho passa por sua nomeação estritamente econômica. Além disso, a questão ambiental é tematizada com base nas relações de forças produzidas e consolidadas na dinâmica agrária do território, situação que indica o estatuto da questão agrária no debate socioambiental contemporâneo.

Palavras-chave: ruralidades e meio ambiente, desenvolvimento rural, governança territorial.

Abstract: (*The status of the agrarian question in environmental governance*). This paper discusses the construction of discourses on sustainability in Municipal Councils for Rural Development – decentralized bodies for debates and the proposition of strategies for local development. The paper aims at the interpretative comprehension of the hegemonic forms of interpretation of the agrarian question and the environmental issue in these arenas of socio-territorial governance. With this purpose, it will present the case study of a Municipal Council for Rural Development, located in the Center-South region of the state of São Paulo. The results suggest that the inscription of the environmental theme in the Council follows a strict economical interpretation. Furthermore, the environmental question arises as a theme based on relations of forces produced and consolidated in the agrarian dynamic of that territory, a situation that indicates the status of the agrarian question in the contemporary socio-environmental debate.

Key words: Ruralities and environment, Rural development, Territorial governance.

Artigo recebido em 15/10/2013

Artigo aprovado para publicação em 26/11/2013